

APÊNDICE ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

O presente documento visa analisar a viabilidade da presente contratação, bem como compilar as demandas e os elementos essenciais que servirão para compor o Termo de Referência ou projeto Básico, de forma a melhor atender às necessidades da Administração.

1. DADOS DO PROCESSO		
Nº do Processo:	9741/2024	
Estudo Preliminar nº:	34/2024	
Secretaria:	Secretaria Municipal de Saúde	
Setor / Órgão:	Hospital Municipal Raul Sertã	
Objeto:	Os estudos preliminares aqui resumidos têm por objeto o subsídio básico para a elaboração do Termo de Referência para Aquisição, sob demanda, de Dióxido de Carbono Medicinal (CO₂) , para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 1 (um) ano.	
Equipe de Planejamento:	Gestor: Igor Faria de Jesus – Mat.: 063.036	
	Apoio Técnico: Leslie da Conceição Moura – Mat.: 207.520	
	De acordo: Gabriel Costa Wenderroschy – Mat.: 063.454	
2. DEMONSTRAÇÃO DA PREVISÃO DA CONTRATAÇÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÕES		
Até o presente momento não foi regulamentado pelo Município o plano anual de contratação, porém, cabe destacar que o objeto a ser contratado é solicitado de forma corriqueira e anual por esta Secretaria Municipal de Saúde.		
3. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE		

A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos itens nelas utilizados.

Trata-se de um material indispensável e essencial à rotina da unidade de saúde.

O material solicitado visa atender a demanda do Centro Cirúrgico do HMRS. A presente aquisição atenderá as 4 (quatro) salas para realização de videocirurgias. Cada sala deverá possuir 1 (um) cilindro de CO₂ de 25kg e 1 (um) cilindro de CO₂ de 15kg, para pronta substituição dos cilindros principais de 25kg. Além destes, deverão ter a disposição da unidade 4 (quatro) cilindros de 25kg devidamente abastecidos em critério de reserva emergencial. Considerando a ampliação do Centro Cirúrgico, onde houve um aumento em sua capacidade operacional, passando para um total de 4 (quatro) salas cirúrgicas prontas para o atendimento de vídeo cirurgia.

Ressalta-se que as especificações técnicas, bem como os quantitativos dos objetos solicitados, foram indicados pelas equipes técnicas das unidades de saúde, as quais se responsabilizam por todas as informações lançadas nos documentos requisitórios.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013.

Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento.

Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

Só será admitida a oferta de produto previamente notificado/registrado na ANVISA, conforme a Lei nº 6.360, de 1976 e Decreto nº 8.077, de 2013.

A contratada deverá apresentar o Certificado de Boas Práticas de Fabricação (CBPF) para os produtos abrangidos pela RDC nº497, de 20 de maio de 2021.

Atender às solicitações nos prazos estipulados.

Aceitar o controle/análise de qualidade dos materiais, realizada pelas unidades requisitante.

Fornecer os materiais descritos com rapidez e eficiência.

Entregar os produtos contendo em sua embalagem, rótulo para conferência, com data de fabricação, validade de no mínimo 2/3 da validade total do material, e/ou vida útil, aos itens aplicáveis.

Indicação de marcas ou modelos (Art. 41, inciso I, da Lei nº 14.133/2021), não cabe para o objeto do presente.

Exigência de amostra, não cabe para o objeto do presente.

Da vedação de contratação de marca/produto, não cabe para o objeto do presente.

Exigência de carta de solidariedade, não cabe para o objeto do presente.

Exigência de garantia de contratação, não cabe para o objeto do presente.

Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

5. ESTIMATIVA DAS QUANTIDADES

O quantitativo solicitado teve como base a média de consumo dos anos de 2021 (PA 2669/21) e 2023 (PA 11516/23), conforme planilha acostada à fl. 04.

ITEM	CATMAT	ESPECIFICAÇÃO	UNID	TOTAL
01	429225	DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO ₂), PARA USO EM VIDEOSQUIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO ENTRE 15KG E 25KG.	Kg	960

A empresa vencedora deverá fornecer, em regime de comodato, os cilindros de CO₂, sem quaisquer custos para a contratante.

6. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Dentro do presente estudo, foram analisadas as contratações anteriores feita por esta Secretaria Municipal de Saúde, através dos processos administrativos sob nº 2669/21 e 11516/23, onde foi verificado que não houve nenhuma dificuldade para a aquisição e o sucesso da licitação.

Foram também analisados processos de contratações semelhantes feitas por outros órgãos/entidades, por meio de consultas a outros pregões/editais, com a finalidade de identificar a existência de novas metodologias, tecnologias ou inovações que melhor atendessem a necessidade das unidades requisitantes.

OBJETO	ÓRGÃO CONTRATANTE	PREGÃO
Dióxido de Carbono Co ₂	Fundação Oswaldo Cruz	010/2023 Conforme anexo

Fonte: https://www.bahia.fiocruz.br/wp-content/uploads/2023/07/SEI_2964904_Edital___Aquisicao___Pregao_Eletronico.pdf

Foi observado que para a aquisição do objeto, os estabelecimentos realizam a contratação de forma **similar à que se pretende adotar**.

Não foram identificadas situações específicas ou casos de complexidade para aquisição do objeto, assim, deve ser realizada pesquisa de mercado, conforme rege o Município de Nova Friburgo, com cota de preços, que compõe as ferramentas eficazes como Banco de Preços, ferramenta esta reconhecida pela transparência e confiabilidade dos dados apresentados, preços de internet, bem como seus diversos fornecedores para o objeto.

7. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

Em análise ao processo administrativo sob nº 11516/2023, onde contempla a mesma aquisição para o objeto, com base nas Ata de Registro de Preços sob nº 618/23, estima-se o preço da contratação no valor de R\$ 13.032,00 (treze mil, trinta e dois reais), conforme planilha abaixo:

Item	Catmat	Especificação	Unid	Quant	Último Preço Praticado	Total
01	429225	DIÓXIDO DE CARBONO MEDICINAL (CO ₂), PARA USO EM VIDEOCIRURGIA, ACONDICIONADO EM CILINDRO ENTRE 15KG E 25KG.	Kg	960	R\$ 16,70	R\$ 16.032,00
Valor Estimado					R\$ 16.032,00	

Considerando o valor estimado para a presente contratação, e, conforme Art. 72 da Lei 14.133 de 1º de abril de 2021, os autos se enquadram ao referido artigo (Dispensa de Licitação), porém, a mesma aquisição se dará pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, que refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes.

Logo, cabe ressaltar que serão considerados para fins de escolha do melhor preço na presente contratação, os valores alcançados pela Secretaria de Infraestrutura e Logística, na ocasião da pesquisa de preços, os quais serão devidamente apurados pelo Setor de Gestão de Processos, Contratos e Convênios da Secretaria, para fins de utilização como parâmetro para o futuro certame.

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Aquisição, sob demanda, de Dióxido de Carbono Medicinal (CO₂), para atender a necessidade do Hospital Municipal Raul Sertã, pelo período de 1 (um) ano;

O material solicitado é indispensável e essencial à rotina das unidades de saúde. O objeto do presente, visa atribuir o regular funcionamento do Centro Cirúrgico do HMRS;

A aquisição a contratar é enquadrada como bens comuns, pois os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de aquisições usuais de mercado;

Quanto à adoção do critério de julgamento de menor preço unitário, a Administração entende por adequada a escolha visando possibilitar a competitividade aos participantes, dessa forma assegurando maior economicidade na aquisição;

Pela utilização do Sistema de Registro de Preço (SPR), com enquadramento em uma das hipóteses previstas no art. 3º do Decreto Federal nº 11.462/2023, de 31/03/2023, refere-se ao Inciso V, quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração. Vale lembrar que o SPR há apenas a prerrogativa de contratação, porém, não é garantida a obrigação futura ou compromisso, assim, o quantitativo a ser adquirido será de acordo com a necessidade demandada pelas unidades requisitantes;

Dessa forma, a contratação deverá ser realizada por Licitação na modalidade Pregão Eletrônico, via registro de preço, pelo critério de julgamento do tipo menor preço unitário.

9. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

Mediante nossa análise, apontamos para o não parcelamento do objeto, uma vez que detectamos que o objeto a ser fornecido deverá estar sob a mesma responsabilidade do contratado, com execução de etapas interligadas e não isoladas, vislumbrando a realização de uma única licitação e adjudicação.

10. DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRETENDIDO

O objeto do presente, visa atribuir o regular funcionamento do Centro Cirúrgico do HMRS.

11. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

A unidade requisitante já possui toda a estrutura mínima necessária para viabilizar a contratação, como profissionais capacitados para a correta fiscalização e os equipamentos/estruturas necessárias.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

Não existem, no momento da elaboração deste Estudo Técnico Preliminar, contratações correlatadas/interdependentes que poderão influenciar de alguma forma no prosseguimento do presente feito.

13. IMPACTOS AMBIENTAIS

A contratação deverá observar os seguintes requisitos quanto da Sustentabilidade, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

Para a gestão e operação dos resíduos perigosos gerados a partir da presente contratação, a contratada deverá observar a Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Decreto nº 10.936, de 2022, e Instrução Normativa 1, 25/01/2013 – IBAMA.

Estar regularmente cadastrada no Cadastro Nacional de Operadores de Resíduos Perigosos – CNORP, parte integrante do Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais conforme classificação do Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 1, de 25/01/2013.

Possuir plano de gerenciamento de resíduos sólidos aprovado pelo órgão competente e em conformidade com as exigências legais e normas pertinentes dos órgãos do SISNAMA, do SNVS e do SUASA.

Possuir, caso exigível, autorização ou licenciamento junto ao órgão competente, que comprove, no mínimo, capacidade técnica, econômica e condições para prover os cuidados necessários ao gerenciamento desses resíduos.

A Contratada que também operar com resíduos perigosos, em qualquer fase do seu gerenciamento, nos termos da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, e Decreto nº 10.936, de 2022, deverá:

Elaborar plano de gerenciamento de resíduos perigosos, a ser submetido ao órgão competente.

Adotar medidas destinadas a reduzir o volume e a periculosidade dos resíduos sob sua responsabilidade, bem como a aperfeiçoar seu gerenciamento.

Informar imediatamente aos órgãos competentes sobre a ocorrência de acidentes ou outros sinistros relacionados aos resíduos perigosos.

14. POSICIONAMENTO CONCLUSIVO

Considerando se tratar de um material enquadrado em bem comum, o qual é solicitado todos os anos pela administração.

Considerando a essencialidade do material para o devido funcionamento da unidade requisitante.

Considerando os documentos complementares acostados ao presente.

Considerando todos os apontamentos já mencionados anteriormente neste estudo preliminar, conclui-se que a pretendida contratação é viável e imprescindível.

15. RESPONSABILIDADE DA EQUIPE DE PLANEJAMENTO PELA ELABORAÇÃO E CONTEÚDO DO DOCUMENTO

Certificamos que somos responsáveis pela elaboração do presente documento que compila os Estudos Preliminares da Secretaria participante e que o mesmo traz os conteúdos previstos no parágrafo 1º do art.18 da Lei nº14.133/21.

Gestor

Igor Faria de Jesus
GPCC – SMS
Mat. 063.036

Apoio Técnico

Leslie da C. Moura

Subsecretário de Atenção Hospitalar

Mat.: 207.520

Ciente, de acordo

Gabriel Costa Wenderroschy

Secretário Municipal de Saúde

Mat. 063.454

Nova Friburgo/RJ, 17 de abril de 2024.